

O que aconteceu aos Acordos de Parceria Económica (APE) em África?

Poucas pessoas ainda se interessam pelo Acordo de Parceria Económica (APE) entre a União Europeia (UE) e os países e regiões de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP). No entanto, longe de ser detido pelas vivas contestações e oposições, nomeadamente das organizações da sociedade civil, mas também de certos Estados e agentes do sector privado, este acordo continua a ser negociado em certas regiões, enquanto é aplicado noutros.



• **Através Dr Cheikh Tidiane DIEYE**
Diretor Executivo da Enda CACID

O processo de negociações conheceu fortunas diversas nas comunidades económicas regionais africanas. A heterogeneidade das situações, os fracos resultados obtidos após quase 18 anos de negociações, bem como os impactos negativos na integração regional, em alguns países, parecem confirmar as ameaças e os perigos que a sociedade civil percebia desde o início das negociações.

Com efeito, em vez de reforçar a integração regional, que era um dos seus objetivos, os APE tiveram um efeito desintegrador na maior parte das regiões africanas. Muitos Estados não PMD, que tinham iniciado as negociações no âmbito do seu bloco de integração regional, foram obrigados a assinar sozinhos APE provisórios para não perderem o benefício do acesso ao mercado da UE. Estes APE provisórios estão a ser aplicados em vários países, com efeitos negativos na integra-

ção regional.

África Ocidental: Nesta região, os 15 países membros da CEDEAO associaram-se à Mauritânia para negociar o acordo. Foi rubricado em 2014 e assinado em 2015 por 13 países, com exceção da Nigéria, da Mauritânia e da Gâmbia. Estes dois últimos aderiram ao acordo, respectivamente, em setembro e agosto 2018. Até à data, a Nigéria é o único país que não assinou. Nenhum país da África Ocidental o ratificou. Enquanto o APE regional estagna, a Costa do Marfim assinou em 2008 um APE provisório que ratificou em 2016. O Acordo entrou em vigor no mesmo ano. A liberalização entrou em vigor em 6 de dezembro de 2019. Desde essa data, os produtos europeus abrangidos pela liberalização tarifária voltam, em princípio, para a Costa do Marfim sem direitos. No que diz respeito ao Gana, assinou e ratificou o APE em 2016. Iniciou a liberalização

tarifária em 2020.

Um dos efeitos da não aplicação de um APE regional é a perturbação do processo de integração que se manifestou através do aparecimento de cinco regimes comerciais diferentes em relação à UE: (i) o APE da Costa do Marfim através do qual este último comércio com a UE; (ii) o APE do Gana que rege as trocas entre o Gana e a UE; (iii) o dispositivo «Todos excepto armas» a favor dos 11 Países Menos Desenvolvidos (PMA); (iv) o Sistema Generalizado de Preferências (SGP) (simples) para a Nigéria; (v) o Sistema Generalizado de Preferência Reforçado para Cabo Verde.

África Central: esta região não assinou o APE enquanto região. Em vez disso, os Camarões assinaram o acordo em 2009 e o ratificaram em 2014. O acordo está em vigor desde 2016. No entanto, os Camarões suspenderam o desmantelamento tarifário desde a ocorrência da COVID 19 devido ao impacto negativo sobre as suas receitas fiscais. As conversações entre a África Central, enquanto região, e a UE estão suspensas há vários anos.

A Comunidade da África Oriental (CAO): Esta configuração regional rubricou o APE regional em outubro de 2014. Apenas o Quênia e o Ruanda o assinaram. Outros países, em particular a Tanzânia, manifestaram-se contra o Acordo. As perspectivas de evolução do APE nesta região são ainda incertas.

SADC: O Acordo Regional foi rubricado em 2014. Foi assinado e aprovado pelos Estados-Membros da SADC e da UE em 2016. Está a ser aplicado a título provisório desde 2016. Moçambique começou a ser aplicado em 2018.

A África Oriental e Austral (ESA): A Maurícia, as Seicheles, Madagáscar e o Zimbabué assinaram um APE provisório com a UE em 2009. O Acordo foi aplicado a título provisório a partir de 2012. A União das Comores aderiu ao grupo em 2019. Estão em curso negociações com vista ao alargamento do âmbito do acordo. ▀



A governação participativa dos corredores no centro de uma concertação em Tambacounda

Realizou-se em 8 e 9 de abril de 2021, em Tambacounda (Fronteira entre o Senegal e o Mali), um diálogo multi-atores centrado na Governança dos corredores. O encontro foi iniciado por Enda CACID. Foi organizada no âmbito de iniciativas destinadas a enfrentar os desafios multifacetados e a assegurar que as longas trocas comerciais nos corredores regionais e as micro-trocas transfronteiriças se façam sem complicações.

O diálogo contou com a participação de cerca de trinta pessoas compostas por transportadores, comerciantes(a), eleitos locais, agentes da sociedade civil, meios de comunicação social, representantes das forças de defesa e de segurança, entre outros, vindos do Senegal e do Mali.

No espaço CEDEAO, apesar das numerosas limitações que ainda entravam a construção de um mercado regional denso e estruturado, os corredores regionais poderiam favorecer a integração e o desenvolvimento económico da região.

Na África Ocidental, três países não têm fachada marítima, entre eles o Mali. Para este efeito, o Corredor Dakar-Bamako, com cerca de 1400 km de comprimento, representa para este país uma oportunidade de participar no comércio regional e mundial. É um eixo estratégico do comércio entre o Mali e o Senegal. Melhorar o tráfego no Corredor é uma prioridade para ambos os países. Segundo as estatísticas, o Mali continua a ser o primeiro cliente do Senegal em termos de exportação e de trânsito de mercadorias. Mais de mil camiões circulam neste corredor todos os dias.

Aumentar a sensibilização para a gestão de corredores de transporte transnacionais poderia ser um bom ponto de partida para o debate político. Foi a isto que o Centro Africano para o Comércio, a Integração e o Desenvolvimento (Enda CACID) se esforçou por demonstrar em Tambacounda (Fronteira Senegal-Mali).

As apresentações, seguidas de debates, salientaram uma série de problemáticas



que podem ser resumidas nos pontos seguintes:

- Todos os participantes foram unânimes quanto à importância do corredor Dakar-Bamako e reconheceram o papel central que desempenha na facilitação das trocas. Convidaram as agências públicas a trabalhar em conjunto com as partes interessadas a fim de alcançar uma harmonização das normas e dos regulamentos.
- Por outro lado, a realização de uma gestão eficaz dos corredores de transporte multinacionais exige intensos preparativos e esforços maciços. O Senegal e o Mali devem não só reconhecer a necessidade de cooperação, mas também comprometer-se a congregar os seus recursos, se necessário. A fim de resolver tais problemas, o Senegal e o Mali devem utilizar diversos instrumentos, como a assinatura de acordos bilaterais/multilaterais, a criação de comités conjuntos e mesas-redondas de peritos ou de quadros superiores, e a criação de secretariados dedicados e outros órgãos executivos, como conselhos de administração/gestão, para governar os corredores de transporte transnacionais. Tal poderia ajudar a realizar uma estrutura de governação eficaz e que funcione

Principais recomendações

Após ter passado em revista os desafios e desafios ligados à Governação dos corredores, os participantes ad optaram as seguintes recomendações:

- Instalar um Gabinete da Casa dos Cidadãos da CEDEAO (MCC) ao nível do

corredor Dakar-Bamako para fornecer informações aos utentes e respostas às suas solicitações e necessidades;

- Apresentar uma carta de condução CEDEAO;
- Modernizar as infra-estruturas rodoviárias ao nível do corredor Dakar-Bamako;
- Instalar estacionamento, estações de estacionamento no corredor Dakar-Bamako;
- Favorecer o diálogo entre as comunidades locais transfronteiriças para reforçar os mecanismos de integração por baixo e a execução de projectos conjuntos de co-desenvolvimento;
- Integrar módulos de formação ligados aos textos comunitários nos currículos de formação das Forças de Defesa e de Segurança (polícia, gendarmaria, águas e florestas, alfândegas) ao nível da sua escola de formação;
- Reforçar o diálogo inter-corporação sobre o corredor;
- Transposição dos textos comunitários para as línguas locais em parceria com os meios de comunicação social;
- Que a CEDEAO ajude os países membros a implementar os bilhetes de identidade biométricos;
- Criar um guia para o comerciante transfronteiriço;
- Dotar as administrações fronteiriças de infra-estruturas e de meios logísticos necessários (água, electricidade, telefone, meios de transporte, etc.) e melhorar as suas condições de trabalho. ▀

ENDA CACID



O desporto como factor de integração. Esta afirmação, Enda CACID através do seu projecto "Casa do Cidadão da CEDEAO" compreendeu-a bem ao iniciar, desde há alguns anos, uma competição desportiva ao longo das fronteiras chamada "Torneio de Integração Sub-regional" polarizando equipas do Senegal, Guiné-Bissau e Gâmbia. O objectivo procurado ao longo deste evento foi o de mobilizar actores em torno de questões relacionadas com a livre circulação de pessoas e bens.

Aproximar os povos da CEDEAO através do desporto: um torneio de futebol entre as comunidades transfronteiriças senegalesa, bissau-guineense e gambiana

Uma cruz popular em um A 1400m de distância e uma sessão de aeróbica teve lugar esta quinta-feira, 27 de maio, em Ouagadougou, à margem da celebração conjunta do Dia da África e do 46º aniversário da CEDEAO.

Desde a sua instalação em Agosto de 2015, a "Casa do Cidadão da CEDEAO" tem incluído nas suas principais missões, a promoção da boa vizinhança entre as comunidades transfronteiriças senegalesa, bissauguineense e gambiana. Hoje, a iniciativa evoluiu para um instrumento de aproximação das pessoas.

Como no passado, a "Casa do Cidadão da CEDEAO" não se desviou da regra. De facto, o torneio deste ano já reuniu dezasseis (16) equipas divididas em 4 piscinas de três (3) países (Senegal, Guiné-Bissau e Gâmbia) e a final teve lugar na sexta-feira, 28 de Maio de 2021, data que coincide com o quadragésimo sexto (46º) aniversário da CEDEAO.

Os resultados esperados vão além de um simples projecto de reforço dos laços entre as comunidades que vivem ao longo das fronteiras, trata-se de mobilizar os actores do desporto em torno das questões de integração, incluindo a livre circulação de pessoas e bens, mas também a apropriação pelos cidadãos dos textos que o organizam no espaço da CEDEAO.

A Casa do Cidadão da CEDEAO actua o mais próximo possível das realidades dos cidadãos. Através do desporto e particularmente do futebol, o MCC tem conseguido impressionar e institucionalizar esta inicia-



tiva de animação popular e de mobilização social na agenda desportiva das comunidades transfronteiriças.

O desporto como canal de transmissão de mensagens tem sido sempre fortemente utilizado pela Casa do Cidadão da CEDEAO para materializar a mistura cultural entre comunidades e povos transfronteiriços. Isto torna possível tornar a fronteira virtual e desempenhar um papel determinante na antecipação de potenciais conflitos.

A organização do Torneio da integração sub-regional pela Casa do Cidadão da CEDEAO tem um carácter multiactorial e solene. De facto, o envolvimento das autoridades administrativas e outros actores de integração, tais como forças de defesa e segurança, comerciantes, transportadores, contribui para criar um quadro de diálogo e intercâmbio durante um jogo

de futebol para lançar as bases de uma fluidez de mobilidade de ambos os lados das fronteiras, uma garantia de facilitação do comércio entre os três países.

O torneio de integração foi utilizado pela Enda CACID em parceria com a OSIWA para aumentar a sensibilização sobre a livre circulação de pessoas e bens na região da CEDEAO. Deve também notar-se que o torneio de futebol foi pontuado por caravanas de sensibilização que atravessaram todas as localidades estratégicas situadas nos três lados das fronteiras comuns do Senegal, da Gâmbia e da Guiné-Bissau.

Como lembrete, a Casa do Cidadão da CEDEAO é um projecto do Centro Africano para o Comércio, Integração e Desenvolvimento (Enda CACID), está instalado no sul do Senegal (Ziguinchor) desde Agosto de 2015. ▀

ENDA CACID



A Casa dos Cidadãos da CEDEAO instala um número verde para acompanhar os cidadãos nos corredores e nas fronteiras

Maison des Citoyens de la CEDEAO • ECOWAS Citizens House



Casa dos Cidadãos da CEDEAO



**Libre Circulation
des Personnes**

**Facilitation
du commerce**

**Citoyenneté
Communautaire**

Tél : (221) 33 991 52 54



N° vert

800 00 12 13

Perante a persistência e a recorrência das práticas anormais, das complicações rodoviárias, dos entraves tarifários e não tarifários ao comércio de mercadorias, das pautas e pagamentos ilícitos mantidos por certos intervenientes ao longo dos corredores comerciais “Casa dos Cidadãos da CEDEAO” tomou importantes iniciativas para ajudar as populações vítimas destas práticas, criando uma plataforma de alerta e de vigilância sobre os entraves à livre circulação. Para uma melhor assistência destas populações, foi criado um número verde.

Os usuários dos corredores Dakar Banjul-Bissau e Dakar Bamako têm um espaço para se queixarem

Os esforços envidados pelos chefes e governos da CEDEAO no sentido de construir uma comunidade unida e próspera que garanta ao conjunto dos seus cidadãos o acesso a todas as oportunidades oferecidas pelo mercado foram durante muito tempo aniquilados pela persistência das qualquer natureza nos corredores e nos postos fronteiriços. Estes problemas raramente são objecto de queixas, de perseguições e ainda menos de sanções, por não serem denunciados pelas vítimas que não sabem onde se queixar. Para acompanhar estas populações, Enda CACID

através do seu projecto Casa dos Cidadãos da CEDEAO instalou um número verde para uma melhor assistência das pessoas vítimas destas práticas anormais no corredor Dakar Banjul-Bissau e Dakar-Bamako. Desde a sua instalação, o número verde tornou-se uma ampla divulgação para os transportadores, viajantes, camionistas e comerciantes que têm agora um espaço onde podem queixar-se e beneficiar de uma assistência orientação e aconselhamento necessários.

Assistência e mediação bem sucedida

A instalação do número verde foi bem acolhida pelos utilizadores vítimas das práticas anormais ao longo dos corredores

que dispõem agora de um espaço para se queixarem. Para uma melhor assistência dos queixosos e um tratamento diligente das queixas, foi constituída uma equipa de cinco pessoas em torno do número verde, com a missão de gerir/responder aos apelos, recolher as queixas, assistir, orientar e aconselhar os queixosos e, se for caso disso, fazer a mediação. A este respeito, esta equipa foi várias vezes consultada pelos utentes «transportadores, viajantes, camionistas, comerciantes» para uma assistência sobre diversos problemas que encontram com os agentes de controlo «polícia, alfândega, polícia e águas e florestas». No total, 43 casos de mediação foram tratados com êxito pela equipa. A tabela seguinte dá uma indicação pormenorizada dos casos tratados. ▶

ENDA CACID

Motivo da intervenção	Número de casos tratados	Corpo de controlo posto em causa
Pagamento múltiplo por uma mesma multa	6	Polícia e Gendarmaria
Conselhos et orientação	9	
Confiscação dos documentos de viagem por recusa de pagamento de salvo-conduto	8	Polícia das Fronteiras
Confiscação de peças de carro	20	Polícia e Gendarmaria
Total de casos tratados	43	



Tant attendue et désirée, voilà enfin la future monnaie de la CEDEAO baptisée officiellement « ECO ». C'est finalement à la Conférence des chefs d'Etat et de gouvernement tenue le 29 juin 2019 à Abuja (Nigeria) que la décision a été prise. Pour autant la mise en circulation des premiers billets d'ECO subit encore des ajustements calendaires. Le 59e Sommet des chefs d'Etat et de gouvernement de la région tenu, ce Samedi 19 Juin à Accra (Ghana), a encore retenu l'année 2027 pour le lancement de la monnaie commune (ECO) d'où la difficile gestation d'une monnaie pleine de suspens.

DE CFA A ECO:

2027 o culminar de um longo e complexo processo

A CEDEAO é uma das oito Comunidades Económicas Regionais (CERs) formalmente reconhecidas pela União Africana (UA) como os pilares da integração continental. Tem todos os trunfos para o seu desenvolvimento económico e social, tendo em conta as seguintes estatísticas:

- Um mercado de 367 milhões de consumidores (5% da população mundial; 3º maior "país" do mundo, depois da China e da Índia e à frente dos Estados Unidos);
- Uma superfície de 5.120.945 km² (3,4% da superfície terrestre do planeta; 7º maior país do mundo, à frente da Índia e atrás da Austrália);
- Um PIB de 551 mil milhões de dólares (20ª maior economia do mundo);
- Comércio externo de 144,4 mil milhões de dólares americanos em 2016 (1,1% do comércio mundial). No entanto, o comércio intracomunitário é muito baixo. Apenas 10,6% das exportações e 7,8% das impor-

tações são entre os países membros da CEDEAO;

- Recursos agrícolas, hidráulicos e mineiros excepcionais (entre os mais importantes do mundo).

No entanto, a CEDEAO ainda está a lutar para arrancar, tanto económica como monetariamente, devido ao fraco empenho político dos seus líderes, à divergência nas prioridades económicas e à falta de convergência económica. De facto, desde o Tratado de Lagos de 28 de Maio de 1975 que estabelece a CEDEAO, os 15 estados membros estão divididos em duas zonas monetárias, nomeadamente a União Monetária da África Ocidental (UEMOA), criada em 12 de Maio de 1962, que inclui o Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné, Mali, Níger, Senegal e Togo, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal, Togo e a Zona Monetária da África Ocidental (WAMZ), criada em 20 de Abril de 2000, composta pela Gâmbia, Gana, Guiné, Libé-

ria, Nigéria, Serra Leoa. Cabo Verde, embora seja membro da CEDEAO, não pertence a nenhuma destas duas zonas monetárias.

Actualmente, circulam oito moedas diferentes, na sua maioria não convertíveis, na região da CEDEAO. Além do franco CFA utilizado pelos oito estados membros da WAMU, os outros sete países da África Ocidental têm cada um a sua própria moeda (Cedi, Dalasi, Dólar Liberiano, Escudo de Cabo Verde, Franco Guineense, Leone, Naira). Duas moedas estão indexadas ao euro a uma paridade fixa, nomeadamente o franco CFA (acordo de cooperação monetária com França de Dezembro de 1973) e o escudo cabo-verdiano (acordo de cooperação monetária com Portugal de Março de 1998). Eventualmente, o mais tardar até 2020, as oito moedas terão de desaparecer e ser substituídas pela ECO.

PRÓXIMA PÁGINA



Existem dois tipos de regimes cambiais em vigor na região da CEDEAO: um regime de taxa de câmbio fixa na zona da WAMU e Cabo Verde com uma ligação ao euro e um regime flexível nos países da WAMZ.

Crónica de uma futura moeda "ECO" cheia de suspense

É tentador dizer que a eficácia da moeda "ECO" foi colocada no calendário grego. Três ou mesmo quatro décadas de espera, com nada menos que quatro falsos alarmes, uma gestação muito particular, sempre anunciada, de cada vez adiada. As datas-chave de uma novela interminável.

1983: A ideia de criar uma união monetária foi apresentada pela primeira vez a 1 de Janeiro de 1983 à margem de uma cimeira de chefes de Estado em Conacri.

1999: Os líderes da CEDEAO adoptaram uma estratégia para acelerar a integração, chamada Fast Track, em Lomé, para a reanimar. Os primeiros critérios de convergência fixaram o limiar da taxa de inflação em 5%.

2000: Os líderes da CEDEAO optam por uma abordagem a duas velocidades, agrupando países que não são membros do franco CFA (Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Nigéria, Serra Leoa) numa segunda zona monetária, a WAMZ. Com um banco central e uma moeda comum antes de se fundir mais tarde com a UEMOA.

De 2009 a 2015: A introdução da moeda "ECO" foi inicialmente planeada na CEDEAO para Dezembro de 2009, mas a sua introdução foi inicialmente adiada para Janeiro de 2015. A moeda deveria permanecer uma moeda comum durante algum tempo, antes do desaparecimento das moedas nacionais em 2020. No entanto, o projecto foi reportado como tendo sido bloqueado em Setembro de 2014.

2018: Em 2018, as discussões são retomadas com vista a um lançamento em 2020. Para o efeito, a Comissão está a lançar um concurso regional para propor um nome e um logotipo para esta moeda. Em 12 de Dezembro de 2018 para a selecção do logótipo e do nome desta futura moeda, os

membros seleccionados no júri do concurso reuniram-se em Niamey para analisar as 126 propostas recebidas.

2019: A 29 de Junho de 2019, os líderes da CEDEAO adoptaram formalmente o nome "ECO" para a sua proposta de moeda única, que pretendem que seja criada já em 2020.

2020: Há um ano, o Presidente francês Emmanuel Macron e o Presidente da Costa do Marfim Alassane Ouattara anunciaram o fim do Franco CFA nos oito países da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).

Junho de 2021: Na 59ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da região, é fixada a data alvo de 2027 para o lançamento da moeda comum (ECO).

O ECO está lá e depois?

Para além da mudança simbólica no nome da moeda, o advento do eco deverá mudar duas coisas: primeiro, a França deixará de participar nos órgãos de governação da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), e segundo, o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) deixará de ter de depositar metade das suas reservas cambiais no Banco

de França, uma obrigação que foi entendida como uma dependência humilhante da França pelos detractores do franco CFA. Uma coisa, porém, permanece a mesma: a indexação da moeda à taxa do euro, o que traz estabilidade às economias dos países da zona, mas também as torna dependentes da política monetária do Banco Central Europeu. A nova moeda comum diz respeito ao Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo. Dito isto, a ideia de um eco maior é regularmente mencionada porque será necessário integrar outros países como o Gana e especialmente a Nigéria, o peso económico pesado do continente que pesa 70% do PIB da sub-região da África Ocidental. "O eco ainda não existe. Hoje, ainda estamos com o Franco CFA. A COVID-19 obrigou os Estados a rever as suas prioridades, mas a epidemia não é a única razão para esta lenta implementação. O que está a atrasar o processo é um problema puramente político. Existe dissensão entre os líderes da África francófona. Contudo, à margem da 59ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da região, realizada este sábado, 19 de Junho, em Acra (Gana), os países membros acordaram no lançamento da sua moeda comum (ECO) em 2027. ▮

ENDA CACID

ecdpm
Making policies work

cacid
centre africain pour le commerce
l'intégration et le développement

DISCUSSION PAPER No. 300

**A system, not an error:
INFORMAL CROSS-BORDER TRADE IN WEST AFRICA**

By Poorva Karkare, Bruce Byiers, Philomena Apiko and Mounirou Kane

June 2021

A large part of intra-African trade is small-scale, cross-border, unrecorded and informal. The policy relevance of informal cross-border trade (ICBT) is increasingly appreciated, especially given the prominent role played by women. However, there is a lack of clarity on what aspect of ICBT external support programmes seek to address and why.

PONTO DA SITUAÇÃO ALCA : Uma revisão das negociações e implementação

A 1 de Janeiro de 2021, o comércio no quadro da Área de Comércio Livre Africana (AfCFTA) começou oficialmente. Este arranque teve lugar ao mesmo tempo que a continuação das negociações sobre questões pendentes foi assinalada. Seis meses após o início do comércio ao abrigo deste acordo-quadro, que prevê uma cobertura abrangente do comércio de bens, serviços, investimento, política de concorrência, direitos de propriedade intelectual e comércio electrónico, bem como um mecanismo de resolução de litígios, é importante fazer um breve balanço da situação.

Como lembrete, o acordo da ALCA previa duas fases de negociações antes de ser acrescentada uma terceira fase. De facto, foi planeada uma primeira fase abrangendo o Comércio de Bens, Comércio de Serviços e Resolução de Litígios; uma segunda fase abrangendo a Concorrência; Investimento e Direitos de Propriedade Intelectual). No entanto, dada a importância do comércio electrónico, foi acrescentada uma terceira fase que abrange o comércio electrónico e as negociações terão lugar concomitantemente com as da fase 2.

Até à data, 54 dos 55 países africanos assinaram o acordo da ALCA, incluindo os 15 Estados membros da CEDEAO. Há também 37 ratificações do acordo, incluindo 10 Estados membros da CEDEAO.

A questão das listas de concessões pautais e das regras de origem continua por resolver e é importante poder finalizá-las a fim de otimizar o comércio no âmbito da ALCA.

Num documento intitulado Memorando sobre o Estatuto da Área de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA) Negociações da reunião de Peritos Comerciais da CEDEAO realizada a 28 de Maio de 2021 através de vídeo-conferência, é de notar que a partir de 30 de Abril de 2021, as ofertas tarifárias recebidas dos Estados/Não-Estados Partes eram de 41; e as regras de origem acordadas são de 86% após os Estados Partes/Não-Estados Partes terem acordado no Capítulo 3 sobre Pescas.

As questões pendentes sobre as regras de origem incluem agora o açúcar, os sectores do petróleo comestível e do automóvel. Como resultado, 9 partes negociadoras apresentaram ao Secretariado da ALCA uma oferta que satisfaz pelo menos o limiar de 90%. Para além da CEDEAO, estes são a CEMAC, República Democrática do Congo, Egipto, Madagáscar, Malawi, Zâmbia, Seicheles e Maurícias.

Dada a complexidade da situação, estão

actualmente a ser consideradas duas opções para a implementação de ofertas tarifárias. Estas consistem em inserir 100% / ofertas ABC como listas de concessões pautais no Acordo ALCA (Anexo 1 do Protocolo sobre o Comércio de Mercadorias) e adoptar compromissos de Categoria A, para implementação a nível nacional. Estas opções figuram de forma proeminente nas resoluções da última reunião do Conselho de Ministros.

Relativamente aos serviços, a apresentação da Lista de Compromissos Específicos sobre o

Comércio de Serviços, a partir de 30 de Abril de 2021, é de 33 agendas. Estas foram as ofertas iniciais de 12 Estados Partes/Não-Estados Partes e duas (2) Comunidades Económicas Regionais que são a EAC e a CEDEAO.

O documento afirma igualmente que as negociações sobre as questões da fase II da ALCA (concorrência, investimento e direitos de propriedade intelectual) e da fase III (comércio electrónico) foram iniciadas com a criação das estruturas institucionais necessárias. Assim, o 5º Conselho Ministerial estabeleceu comités para todas as questões das fases II e III, incluindo investimento, política de concorrência, direitos de propriedade intelectual, comércio digital e mulheres e jovens no comércio, para facilitar as negociações.

A fim de ter em conta as aspirações do sector privado, o elemento-chave desta iniciativa, a segunda edição da Feira Intra-Africana (IATF2021) está agendada para 8 a 14 de Dezembro de 2021, em Kigali (Ruanda). ▸

ENDA CACID

59ª Cimeira Ordinária da CEDEAO: O que recordar

A 59ª Cimeira Ordinária da Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) realizou-se em Acra (Gana) no sábado 19 de Junho de 2021. Entre os cinco temas principais que dominaram os trabalhos preparatórios desta sessão, dois temas estão em consonância com o aprofundamento da integração regional, a saber O projecto de reforma institucional da Organização, e as questões económicas. Assim, a governação da Comissão passou para um modo de Gestão Baseada em Resultados. De facto, a actual Comissão de 15 membros (13 comissários, mais 1 presidente e 1 vice-presidente) será reduzida a 7 membros (5 comissários mais 1 presidente e 1 vice-presidente) a partir de Março de 2022

Para além desta decisão, os líderes da África Ocidental concordaram também em lançar em 2027, a ECO moeda única regional da CEDEAO, como parte da sua união monetária que foi adiada várias vezes.

Outro acto forte tomado pelos Chefes de Estado é um memorando de entendimento assinado entre o Senegal e a Guiné para a reabertura das suas fronteiras fechadas desde 27 de Setembro de 2020. ▸

ENDA CACID



O presidente Macky Sall (Senegal) e Alpha Condé (Guiné) "se reconectam com as fronteiras".



CEDEAO Lança um Programa de Capacitação sobre o AfCFTA para o Sector Privado

O comércio no âmbito da Zona de Comércio Livre Continental teve início a 1 de Janeiro de 2021. Para atingir os objectivos atribuídos a esta vasta zona de comércio livre continental, é importante equipar os actores de modo a conseguir elevar o nível do comércio intra-africano como desejado pela AfCFTA. É com isto em mente que a CEDEAO, uma das CER associadas a esta iniciativa continental, optou por lançar um programa de capacitação do sector privado com um dos seus parceiros, nomeadamente o PNUD.

Uma implementação bem sucedida da ALCA requer a propriedade e compreensão das questões em jogo por todas as partes interessadas, especialmente o sector privado, que está no centro das expectativas em torno desta iniciativa continental. Além disso, desde o início deste processo, os Chefes de Estado e de Governo comprometeram-se a “levar a cabo extensas campanhas nacionais de sensibilização para que todos os interessados, especialmente os cidadãos e empresários comuns de toda a África, tomem posse da ALCA”.

Nesta perspectiva, a CEDEAO realizou uma reunião virtual sobre a Área Continental Africana de Comércio Livre (AfCFTA) a 21 de Julho de 2020 para as Instituições e Agências Especializadas da CEDEAO. O principal objectivo da reunião era “melhorar a compreensão da ALCA no seio da CEDEAO para que as Instituições e Agências Especializadas da CEDEAO possam contribuir melhor para as negociações e implementação do Acordo”.

É este entendimento que sustenta o desejo da CEDEAO de reforçar o sector privado através de um programa que visa produtores, comerciantes e prestadores de serviços, a fim de maximizar as oportunidades comerciais no âmbito da ALCA. Através de uma “formação de formadores”, o programa pretende construir sobre eixos estratégicos baseados em cadeias de valor prioritárias, a estratégia regional, a abordagem e as prioridades da CEDEAO. Do mesmo modo, serão ensinadas questões relacionadas com a identificação das tarifas aplicá-

veis, regulamentos e instituições, cumprimento das formalidades comerciais, conformidade com as normas e requisitos de certificação.

Recorde-se que o Acordo que estabelece a ALCA foi assinado durante a 10ª Cimeira Extraordinária da Assembleia da União Africana (UA) em Kigali - Ruanda, a 21 de Março de 2018. O ALCA reunirá 55 países africanos com uma população combinada de 1,2 mil milhões de pessoas e um PIB combinado de mais de 3,4 mil milhões de dólares. ▀

ENDA CACID

Agenda regional



■ 22-26 de Junho em Ouagadougou 2021: Actualização e validação dos indicadores de vigilância do comércio

■ 20 e 21 de Novembro de 2021 na ilha de Djerba (Tunísia): Cimeira da Francofonia

■ 30-11 a 3 de Dezembro de 2021 em Genebra (Suíça): A 12ª Conferência Mundial da OMC (WC12)

■ 8-14 de Dezembro de 2021 em Kigali (Ruanda): Feira comercial Intra-Africana (IATF)

■ 18 de Dezembro de 2021 em Abuja (Nigéria): Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO

Centro Africano para o Comércio, a Integração e o Desenvolvimento (ENDA CACID)

Dakar, 73, Rue Carnot - Caixa postal: 6879 (Dakar-Etoile) - Tel. : +221 33 821 70 37
Email: info@endacacid.org - Site: www.endacacid.org

Director da publicação: **Dr. Cheikh Tidiane DIEYE**

Responsável de projecto: **Ndèye NIANG**

Coordenador: **Souleymane BARRO**

Projeto: **Safari Graphic & Printing**

Com o apoio de:

